

# **Infraestrutura Brasil Holding IV S.A.**

Demonstrações Financeiras  
Individuais e Consolidadas  
Referentes ao Exercício Findo em  
31 de Dezembro de 2020 e  
Relatório do Auditor Independente

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

## RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS

Aos Acionistas da  
Infraestrutura Brasil Holding IV S.A.

### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Infraestrutura Brasil Holding IV S.A. (“Companhia”), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira, individual e consolidada, da Infraestrutura Brasil Holding IV S.A. em 31 de dezembro de 2020, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus respectivos fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada “Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas”. Somos independentes em relação à Companhia e a suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

### Ênfase

#### *Companhia em fase pré-operacional*

Conforme divulgado na nota explicativa nº 1 às demonstrações financeiras individuais e consolidadas, chamamos à atenção para o fato da Companhia se encontrar em fase pré-operacional, com previsão de entrada em operação até o final de dezembro de 2022. Durante essa fase e até que a Companhia possa gerar recursos por meio de suas operações, os investimentos necessários ao projeto serão suportados por aportes dos acionistas e por financiamentos obtidos junto a instituições financeiras credoras. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto.

## Outros assuntos

### *Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior*

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2019, apresentadas para fins de comparação, não foram auditadas por nós nem por outros auditores independentes.

### **Responsabilidades da Administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando e divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia e suas controladas ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

### **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas**

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detecta as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

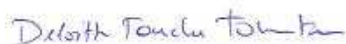
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e de suas controladas.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e de suas controladas. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações sejam inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controladas a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, pela supervisão e pelo desempenho da auditoria do Grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.

Comunicamo-nos com a Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 1º de abril de 2021



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU  
Auditores Independentes  
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Marcelo de Figueiredo Seixas  
Contador  
CRC nº 1 PR 045179/O-9

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING IV S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2020	2019 (Não auditado)	2020	2019 (Não auditado)			2020	2019 (Não auditado)	2020	2019 (Não auditado)
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	5	111.291	-	157.295	-	Fornecedores	10	145	-	2.566	-
Impostos a recuperar		237	-	245	-	Empréstimos e financiamentos	12	397.627	-	397.627	-
Despesas antecipadas		56	-	1.490	-	Tributos e contribuições sociais e recolher		23	-	114	-
Total		111.584	-	159.030	-	Partes relacionadas	11	4.448	-	4.448	-
						Outras contas a pagar	10	-	-	81.467	-
						Total		402.243	-	486.222	-
NÃO CIRCULANTE						NÃO CIRCULANTE					
Títulos e valores mobiliários	6	-	-	38.014	-	Instrumentos financeiros derivativos	20	-	-	11.627	-
Despesas antecipadas		-	-	2.463	-	Outras contas a pagar	10	-	-	22.819	-
Partes relacionadas	11	274.400	-	2.500	-	Provisão p/ perda de investimento	10	12.318	-	-	-
Imobilizado	8	-	-	189.724	-	Total		12.318	-	34.446	-
Intangível	9	75	-	100.435	-						
Total		274.475	-	333.136	-						
						PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
						Capital social		440.001	-	440.001	-
						Capital a integralizar		(440.000)	-	(440.000)	-
						Prejuízos acumulados		(16.876)	-	(16.876)	-
						Outros resultados abrangentes		(11.627)	-	(11.627)	-
						Total	14	(28.502)	-	(28.502)	-
TOTAL DO ATIVO		386.059	-	492.166	-	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		386.059	-	492.166	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING IV S.A.

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2020	2019 (Não auditado)	2020	2019 (Não auditado)
DESPESAS OPERACIONAIS	15	(4.936)	-	(6.700)	-
		(4.936)	-	(6.700)	-
RESULTADO DE EQUIVALÊNCIA PATRIMONIAL	10	(4.271)	-	-	-
PREJUÍZO ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		(9.207)	-	(6.700)	-
Receitas financeiras		1.842	-	1.857	-
Despesas financeiras		(9.511)	-	(12.033)	-
RESULTADO FINANCEIRO	16	(7.669)	-	(10.176)	-
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO		(16.876)	-	(16.876)	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING IV S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

---

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
		(Não auditado)		(Não auditado)
PREJUÍZO DO EXERCÍCIO	(16.876)	-	(16.876)	-
Outros resultados abrangentes				
Itens que poderão ser reclassificados subsequentemente para a demonstração do resultado				
Parcela efetiva das mudanças no valor justo do instrumento de "hedge"	(11.627)	-	(11.627)	-
RESULTADO ABRANGENTE TOTAL DO EXERCÍCIO	<u>(28.503)</u>	<u>-</u>	<u>(28.503)</u>	<u>-</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

---

INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING IV S.A.

DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Capital social			Prejuízos acumulados	Total do patrimônio líquido
	Integralizado	A integralizar	Reserva de "hedge" de fluxo de caixa		
CONSTITUIÇÃO DA EMPRESA EM 25 DE SETEMBRO DE 2019	1	(1)	-	-	-
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2019 (Não auditado)	1	(1)	-	-	-
Aumento de capital em 11 de agosto de 2020	440.000	(439.999)	-	-	1
Prejuízo do exercício	-	-	-	(16.876)	(16.876)
Outros resultados abrangentes	-	-	(11.627)	-	(11.627)
SALDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020	<u>440.001</u>	<u>(440.000)</u>	<u>(11.627)</u>	<u>(16.876)</u>	<u>(28.502)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING IV S.A.DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020 E DE 2019  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019	2020	2019
		(Não auditado)		(Não auditado)
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS				
Prejuízo do exercício	(16.876)	-	(16.876)	-
Itens que não afetam o caixa operacional:				
Resultado de equivalência patrimonial	4.271	-	-	-
Depreciação	-	-	613	-
Atualização monetária - Aquisições societárias	-	-	2.522	-
Juros e atualização monetária sobre empréstimos	5.228	-	5.228	-
Amortização dos custos de transação	4.189	-	4.189	-
Baixa de ativos	-	-	356	-
Provisões	51	-	92	-
(Aumento) Diminuição dos ativos operacionais:				
Impostos a recuperar	(237)	-	(245)	-
Despesas antecipadas	(56)	-	(3.896)	-
Aumento (Diminuição) dos passivos operacionais:				
Fornecedores	94	-	45	-
Tributos e contribuições sociais e recolher	23	-	114	-
Partes relacionadas	4.448	-	4.448	-
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	1.135	-	(3.410)	-
Juros pagos	(1.491)	-	(1.491)	-
Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais	(356)	-	(4.901)	-
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO				
Títulos e valores mobiliários	-	-	(38.014)	-
Aumento de capital	1	-	1	-
Aquisição de imobilizado	-	-	(186.793)	-
Aquisições do intangível	(75)	-	(199)	-
Investimentos em controladas	(3.580)	-	-	-
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimentos	(3.654)	-	(225.005)	-
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO				
Contratos de mútuo a receber	(274.400)	-	(2.500)	-
Captação de empréstimos e financiamentos	391.588	-	391.588	-
Amortização de empréstimos e financiamentos	(1.887)	-	(1.887)	-
Caixa líquido proveniente das atividades de financiamentos	115.301	-	387.201	-
ACRÉSCIMO NO CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA	111.291	-	157.295	-
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	-	-	-	-
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício	111.291	-	157.295	-

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

## INFRAESTRUTURA BRASIL HOLDING IV S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS INDIVIDUAIS E CONSOLIDADAS  
PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2020  
(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

---

### 1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Infraestrutura Brasil Holding IV S.A. (“Companhia” ou “IBH IV”), é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 25 de setembro de 2019, com sede na Rua Dr. Campos Bicudo, 98 - 4º andar, na cidade de São Paulo e estado de São Paulo. A Companhia tem como objetivo social a participação no capital de empresas com foco em ativos de energia renovável. A Companhia iniciou suas operações em 25 de setembro de 2019.

A IBH IV possui o controle da Infraestrutura Brasil Holding V S.A. (“IBH V”), que também tem como objetivo social a participação no capital de empresas com foco em ativos de energia renovável e em 11 de março de 2020 adquiriu 100% do controle acionário das sociedades com o propósito específico (“SPE”) de geração de energia eólica, conforme relação a seguir:

#### Controladas

Ventos de São Vítor Energias Renováveis S.A. (“VSV”)  
Ventos de São Vítor 01 Energias Renováveis S.A. (“São Vítor 01”)  
Ventos de São Vítor 02 Energias Renováveis S.A. (“São Vítor 02”)  
Ventos de São Vítor 03 Energias Renováveis S.A. (“São Vítor 03”)  
Ventos de São Vítor 04 Energias Renováveis S.A. (“São Vítor 04”)  
Ventos de São Vítor 05 Energias Renováveis S.A. (“São Vítor 05”)  
Ventos de São Vítor 06 Energias Renováveis S.A. (“São Vítor 06”)  
Ventos de São Vítor 07 Energias Renováveis S.A. (“São Vítor 07”)  
Ventos de São Vítor 08 Energias Renováveis S.A. (“São Vítor 08”)  
Ventos de São Vítor 09 Energias Renováveis S.A. (“São Vítor 09”)  
Ventos de São Vítor 10 Energias Renováveis S.A. (“São Vítor 10”)  
Ventos de São Vítor 11 Energias Renováveis S.A. (“São Vítor 11”)  
Ventos de São Vítor 12 Energias Renováveis S.A. (“São Vítor 12”)  
Ventos de São Vítor 13 Energias Renováveis S.A. (“São Vítor 13”)  
Ventos de São Vítor 14 Energias Renováveis S.A. (“São Vítor 14”)

Essas investidas estão localizadas em Xique Xique, estado da Bahia e tem o propósito específico de geração de energia eólica e estão em fase pré-operacional, com previsão de entrada em operação em dezembro de 2022. O Parque eólico possuirá capacidade instalada de MW 465.

A IBH IV faz parte da Essentia Energia, um grupo cujo propósito é gerar negócios de alta rentabilidade no mercado de energia renovável, com eficiência na gestão, no desenvolvimento, na implantação, na operação e na comercialização de energia.

O capital circulante líquido em 31 de dezembro de 2020 encontra-se negativo em R\$ 290.659 na controladora e R\$ 327.192 no consolidado. A Administração da Companhia entende que não há risco de continuidade da operação, pois os investimentos necessários ao projeto serão suportados por 1) financiamentos a serem contratados destinados a construção das usinas eólicas; 2) com a entrada de operação haverá o recebimento das participações referentes as Controladas; 3) haverá aportes do acionista, em caso de dívidas de curto prazo não serem negociadas.

### Impactos da pandemia do novo coronavírus (COVID-19) nas operações

Em 31 de janeiro de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) anunciou que o coronavírus (COVID-19) se tratava de uma emergência de saúde global. A pandemia desencadeou decisões significativas de governos e de entidades do setor privado, que somadas ao impacto potencial da pandemia, aumentaram o grau de incerteza para os agentes econômicos, podendo gerar impactos nos valores reconhecidas nas demonstrações financeiras.

A Administração da Companhia tem acompanhado todos os desdobramentos relacionados à pandemia causada pela COVID-19, com monitoramento diário da situação e das orientações recomendadas pelos órgãos de saúde e pelas autoridades públicas competentes.

Todas as medidas necessárias para garantir a saúde dos colaboradores foram tomadas. Para mitigar a transmissibilidade do vírus, foram implementadas ações de higienização de espaços e áreas de circulação, comunicação ativa, distribuição de materiais protetionais aos colaboradores, criação de comitê de Covid, flexibilização de jornadas e adoção do teletrabalho, entre outros.

A Administração da Companhia tomou medidas adequadas para prevenir a disseminação da COVID-19, readequar o cronograma das obras bem como assegurar a continuidade dos negócios durante o período de pandemia.

## 2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

### a) Base de elaboração e apresentação

As demonstrações financeiras foram elaboradas e estão sendo apresentadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem as disposições contidas na Lei das Sociedades por Ações, pronunciamentos, interpretações e orientações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (“CPC”) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”), e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela Administração na sua gestão.

As demonstrações financeiras foram elaboradas no pressuposto de continuidade normal dos negócios. A Administração efetua uma avaliação da capacidade da Companhia em dar continuidade às suas atividades durante a elaboração das demonstrações financeiras. A Administração não identificou nenhuma incerteza relevante sobre a capacidade da Companhia e de suas controladas em dar continuidade às suas atividades nos próximos 12 meses.

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Diretoria em 01 de abril de 2021.

### b) Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico, com exceção dos instrumentos financeiros designados pelo valor justo por meio do resultado mensurados pelo valor justo.

### c) Moeda funcional e moeda de apresentação

A moeda funcional da Companhia e de suas controladas é o Real, mesma moeda de preparação e apresentação das demonstrações contábeis. Os ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira, são convertidos para a moeda funcional usando-se a taxa de câmbio vigente na data dos respectivos balanços patrimoniais. Os ganhos e perdas resultantes da atualização desses ativos e passivos verificados entre a taxa de câmbio vigente na data da transação e os encerramentos dos exercícios são reconhecidos como receitas ou despesas financeiras no resultado.

## d) Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer o uso de estimativas e julgamentos para o registro de certas transações que afetam seus ativos, passivos, receitas e despesas, bem como a divulgação de informações em suas demonstrações financeiras. Está sujeito a essas estimativas e premissas a avaliação para definir o pagamento contingente e a alocação do preço de aquisição societárias.

Essas estimativas são revisadas periodicamente e seus resultados podem diferir dos valores inicialmente estimados.

## e) Base de consolidação e investimentos em controladas

As demonstrações financeiras consolidadas foram preparadas de acordo com as normas estabelecidas pelo CPC 36 (R3) - Demonstrações consolidadas abrangendo a Companhia e suas controladas.

As controladas são todas as companhias nas quais a IBH IV detém o controle. O controle é obtido quando a Companhia tem o poder sobre a investida, está exposta ou tem direitos a retornos variáveis de seu envolvimento com a investida e tem a capacidade de usar esse poder para afetar seus retornos.

A controlada é consolidada integralmente a partir da data em que o controle se inicia, até a data em que deixa de existir. Em 31 de dezembro de 2020 a participações nas controladas se apresentavam da seguinte forma:

Controladas	31/12/2020
Infraestrutura Brasil Holding V S.A.	100%
<u>Controladas Indiretas</u>	
VSV	100%
São Vitor 01	100%
São Vitor 02 .	100%
São Vitor 03	100%
São Vitor 04	100%
São Vitor 05	100%
São Vitor 06	100%
São Vitor 07	100%
São Vitor 08	100%
São Vitor 09	100%
São Vitor 10	100%
São Vitor 11	100%
São Vitor 12.	100%
São Vitor 13	100%
São Vitor 14.	100%

As práticas contábeis foram aplicadas de maneira uniforme em todas as empresas consolidadas e o exercício social dessas controladas coincide com o da controladora.

Os seguintes procedimentos foram adotados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas:

- (i) Eliminação do patrimônio líquido das controladas.
- (ii) Eliminação do resultado de equivalência patrimonial.
- (iii) Eliminação dos saldos de ativos e passivos, receitas e despesas entre as empresas consolidadas, bem como das contas mantidas entre estas controladas.

### 3. PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis utilizadas na preparação dessas demonstrações financeiras estão descritas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de maneira consistente em todos os períodos apresentados.

#### 3.1. Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os saldos de caixa, depósitos bancários e aplicações financeiras cujo vencimento seja de até 90 dias da data da aplicação, registradas ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até a data do balanço.

As aplicações financeiras são reconhecidas e mensuradas pelo valor justo e os resultados financeiros auferidos nessas operações são alocados diretamente ao resultado na controladora e nas investidas os resultados financeiros são alocados ao custo do ativo imobilizado durante a fase pré-operacional.

#### 3.2. Títulos e valores mobiliários

As aplicações financeiras são reconhecidas e mensuradas pelo valor justo e os resultados financeiros auferidos nessas operações são alocados diretamente ao resultado.

#### 3.3. Ativo imobilizado

Registrado pelo custo de aquisição, acrescido de juros capitalizados durante o período de construção, quando aplicável, deduzido da depreciação calculada pelo método linear pelo prazo de vida útil. A avaliação da vida útil estimada dos ativos é revisada anualmente e ajustada, se necessário.

Os gastos incorridos que aumentam o valor ou estendem a vida útil estimada dos bens são incorporados ao seu custo; gastos relativos à manutenção e aos reparos são lançados no resultado, quando incorridos.

#### 3.4. Ativo intangível

Registrado ao custo de aquisição, combinado com as amortizações calculadas pelo método linear, às taxas anuais e, adicionalmente, ágio por expectativa de rentabilidade futura.

### 3.5. Provisão para redução ao valor recuperável (“*Impairment*”)

A Administração revisa anualmente o valor contábil líquido dos ativos financeiros e não financeiros com o objetivo de avaliar eventos ou mudanças nas circunstâncias econômicas, operacionais ou tecnológicas, que possam indicar deterioração ou perda de seu valor recuperável. Quando tais evidências são identificadas, e o valor contábil líquido excede o valor recuperável, é constituída provisão para perda ajustando o valor contábil líquido ao valor recuperável e as respectivas provisões são apresentadas nas notas explicativas. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020, não houve a identificação de ativos passíveis de ajustes nos seus valores recuperáveis.

### 3.6. Investimento

Nas demonstrações financeiras individuais os investimentos em controladas, são reconhecidas por meio do método de equivalência patrimonial levantadas na mesma data-base da Companhia.

### 3.7. Combinação de negócios

Combinações de negócios são registradas pelo método da aquisição. A contrapartida transferida em uma combinação de negócios é mensurada pelo valor justo, que é calculado pela soma dos valores justos dos ativos transferidos, dos passivos incorridos na data de aquisição para os antigos controladores da adquirida e das participações emitidas pelas Companhias e controladas em troca do controle da adquirida. Os custos relacionados à aquisição são reconhecidos no resultado, quando incorridos.

Na data da aquisição, ativos e passivos são reconhecidos pelo valor justo, exceto por: (i) tributos diferidos, (ii) benefícios a empregados e (iii) transações com pagamento baseado em ações.

As participações dos acionistas não controladores poderão ser inicialmente mensuradas pelo valor justo ou com base na parcela proporcional das participações de acionistas não controladores nos valores reconhecidos dos ativos líquidos identificáveis da adquirida. A seleção do método de mensuração é feita transação a transação. A diferença líquida positiva, se houver, entre a contraprestação transferida, somada à parcela dos acionistas não controladores, e o valor justo dos ativos identificados (contratos de energia marcados a mercado/valor justo) e passivos assumidos líquidos, na data da aquisição, é registrada como ágio (“*goodwill*”). Em caso de diferença líquida negativa, uma compra vantajosa é identificada e o ganho é registrado na demonstração de resultado do exercício, na data da aquisição.

### 3.8. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

Em 31 de dezembro de 2020 não foram identificadas provisões para contingências a serem registradas nas demonstrações financeiras.

### 3.9. Outros ativos e passivos

Um ativo é reconhecido no balanço quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança.

Um passivo é reconhecido no balanço quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido.

Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses, itens com liquidação superior são demonstrados como não circulantes.

### 3.10. Contratos de arrendamentos

Os arrendamentos são contabilizados mediante o reconhecimento de um ativo de direito-de-uso e um passivo de arrendamento, exceto por:

- Arrendamentos de ativos de baixo valor.
- Arrendamentos cujos prazos são de 12 meses ou menos.

Os passivos de arrendamento são mensurados pelo valor presente dos pagamentos contratuais devidos ao arrendador durante o prazo do arrendamento, sendo a taxa de desconto determinada por referência à taxa inerente ao arrendamento, a menos que (como é tipicamente o caso) isso não seja prontamente determinável, caso em que a taxa de empréstimo incremental da Companhia no começo do arrendamento é usada. Os pagamentos variáveis de arrendamento são incluídos apenas na mensuração do passivo de arrendamento se depender de um índice ou taxa. Nesses casos, a mensuração inicial do passivo de arrendamento assume que o elemento variável permanecerá inalterado durante todo o prazo do arrendamento. Outros pagamentos variáveis de arrendamento são registrados no período a que se referem.

As controladas da Companhia possuem contratos de arrendamento terras nos parques eólicos, no município de Xique-Xique, BA. Estes contratos possuem remuneração vinculada a um percentual da receita bruta decorrentes da geração de energia dos empreendimentos e apresenta vigência em torno de 49 anos. A Companhia não registrou estes contratos a luz do CPC06 (R2) vista que a base de remuneração é variável.

### 3.11. Impostos

Imposto de Renda e Contribuição Social correntes

Na controladora e controlada o Imposto de Renda e a Contribuição Social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro excedente de R\$240 para imposto de renda, e 9% sobre o lucro para Contribuição Social sobre o Lucro Líquido.

### 3.12. Instrumentos financeiros

#### Ativo financeiro

- Classificação do ativo financeiro

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado (CA); (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“VJORA”); ou (iii) valor justo por meio do resultado (“VJR”).

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Um ativo financeiro é mensurado no VJR somente se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Em 31 de dezembro de 2020, os ativos financeiros são representados por caixa e equivalentes de caixa, títulos e valores mobiliários e as contas a receber de partes relacionadas. São registrados no ativo circulante, exceto, nos casos aplicáveis, aqueles com prazo de vencimento superior a 12 meses após a data-base de encerramento das demonstrações financeiras, os quais são classificados como não circulante.

- Reconhecimento

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem.

- Mensuração

As mensurações do valor justo são classificadas nos níveis 1, 2 ou 3, descritas a seguir, com base no grau em que as informações para as mensurações do valor justo são observáveis e na importância das informações para a mensuração do valor justo em sua totalidade:

- Nível 1 - são preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a Companhia pode ter acesso na data de mensuração.
- Nível 2 - são informações, que não são os preços cotados incluídos no nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente.
- Nível 3 - são informações não observáveis para o ativo ou passivo.

### Passivos financeiros

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo, são reconhecidas no resultado do exercício. Em 31 de dezembro de 2020, são representados por fornecedores, empréstimos e financiamentos, contas a pagar para partes relacionadas e outras contas a pagar, os quais são apresentados pelo valor original, acrescido, quando aplicável, de juros e variações monetárias e cambiais.



### Compensação de instrumentos financeiros

Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há a intenção de liquidá-los em uma base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

### Instrumentos derivativos - “Hedge”

O CPC 48 prevê uma abordagem de contabilização de “hedge” com base na Gestão de Riscos da Administração, fundamentada mais em princípios. A norma prevê que a Administração deve avaliar as condições e percentuais de efetividade, trazendo uma visão qualitativa ao processo.

O instrumento financeiro derivativo utilizado pela Companhia e suas controladas para fins de proteção é o NDF (“*Non-Deliverable Forward*”) cambial: são contratos sob os quais a Companhia compra ou vende uma quantidade de moedas a uma taxa cambial fixa para data futura, liquidando a diferença entre a taxa negociada e a taxa apurada no vencimento do contrato, com prazo e volume semelhante ao ativo coberto (nota explicativa nº 17).

Os derivativos contratados são classificados como “*hedge*” de fluxo de caixa e segundo os parâmetros descritos no CPC 48, a Companhia e suas controladas adotam o “*hedge accounting*”.

As principais características das atividades de “*hedge*” das controladas indiretas são baseadas nas numa Política de Gestão de Riscos que determina as exposições de cada projeto.

#### 3.13. Apuração do resultado

O resultado das operações é apurado em conformidade com o regime contábil de competência.

#### 4. ADOÇÃO DAS NORMAS INTERNACIONAIS DE RELATÓRIO FINANCEIRO (IFRS) NOVAS E REVISADAS

##### i) Normas e interpretações novas e revisadas de aplicação obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2020

No exercício corrente, a Companhia adotou as alterações e novas interpretações às IFRS e aos pronunciamentos, interpretações e orientações emitidos pelo Conselho das Normas Internacionais de Contabilidade (*International Accounting Standards Board* - IASB) e pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC, respectivamente, que entraram obrigatoriamente em vigor para períodos anuais iniciados em ou após 1º de janeiro de 2020.

<u>Norma ou interpretação</u>	<u>Descrição</u>	<u>Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após</u>
Estrutura Conceitual	Alterações às Referências à Estrutura Conceitual nas Normas do IFRS	01/01/2020
Alterações à IFRS 3	Definição de negócios	01/01/2020
Alterações à IAS 1 e IAS 8	Definição de Material	01/01/2020
Alterações à IFRS 9, IAS 39 e IFRS 7	Reforma da Taxa de Juros de Referência	01/01/2020
Alteração à IFRS 16	Concessões de Aluguel Relacionadas à Covid-19	01/06/2020

A adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas não resultou em impactos relevantes sobre a posição patrimonial e financeira e os resultados do Grupo ou sobre as divulgações nestas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

ii) Normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis

Na data de autorização destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Companhia não adotou as normas e interpretações novas e revisadas que foram emitidas, mas ainda não estão aplicáveis, como segue:

Norma ou interpretação	Descrição	Em vigor para períodos anuais iniciados em ou após
Alterações ao IFRS 9, IAS 39, IFRS 7, IFRS 4 e IFRS 16	Reforma da Taxa de Juros de Referência – Fase 2	01/01/2021
Alterações ao IFRS 3	Referência à Estrutura Conceitual	01/01/2022
Alterações ao IAS 16	Imobilizado - Recursos Antes do Uso Pretendido	01/01/2022
Alterações ao IAS 37	Contratos Onerosos - Custo de Cumprimento do Contrato	01/01/2022
Alterações ao IFRS 1, IFRS 9, IFRS 16 e IAS 41	Melhorias Anuais ao Ciclo de IFRSs 2018–2020	01/01/2022
IFRS 17	Contratos de Seguros	01/01/2023
Alterações à IAS 1	Classificação de Passivos como Circulantes ou Não Circulantes	01/01/2023
Alterações ao IAS 1 e ao IFRS <i>Practice Statement 2</i>	Divulgação de Políticas Contábeis	01/01/2023
Alterações ao IAS 8	Definição de estimativas contábeis	01/01/2023
Alterações no CPC 36 (R3)/ IFRS 10 e no CPC 18 (R2)/ IAS 28	Venda ou Constituição de Ativos entre um Investidor e sua Coligada ou <i>Joint Venture</i>	Postergada indefinitivamente

Atualmente, a administração está conduzindo uma análise dos impactos que poderão advir com a adoção das normas e interpretações novas e revisadas supracitadas em suas demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Contudo, com base nas análises realizadas até o momento, a administração não espera impactos relevantes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da companhia em decorrência da adoção dessas normas e interpretações novas e revisadas emitidas e ainda não aplicáveis.

5. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019 (Não auditado)	2020	2019 (Não auditado)
Depósitos bancários	72	-	7.583	-
Aplicações financeiras	111.219	-	149.712	-
	<u>111.291</u>	<u>-</u>	<u>157.295</u>	<u>-</u>

Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e compõem-se do saldo de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações financeiras com liquidez imediata.

6. TÍTULOS E VALORES MOBILIÁRIOS (NÃO CIRCULANTE)

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019 (Não auditado)	2020	2019 (Não auditado)
Aplicações em CDB	-	-	38.014	-
	-	-	38.014	-

As aplicações financeiras foram dadas em garantia as NDFs (*Non-Deliverable Forward*) contratadas pelas controladas indiretas durante a vigência dos respectivos contratos. Mais detalhes veja nota explicativa nº 17

7. INVESTIMENTOS

a) Informações dos investimentos

	Data-base	Participação no capital integralizado - %	Capital integralizado	Ativos	Passivos	Patrimônio líquido	Prejuízo do exercício
IBH V	2020	100%	3.580	130.014	142.332	(12.318)	(4.271)

b) Movimentação do investimento

Controladas	Aporte de capital	Equivalência patrimonial	Outros resultados abrangentes	Valor do investimento em 2020
IBH V	3.580	(4.271)	(11.627)	(12.318)
Total	3.580	(4.271)	(11.627)	(12.318)

Em 24 de março de 2021 houve a integralização de capital em R\$ 84.450 na IBH V.

c) Aquisição dos investimentos

Em 11 de março de 2020 foi concluída a aquisição de 100% do controle acionário dos projetos de geração eólica Ventos de São Vitor pela controlada direta IBH V, a transação foi contabilizada pelo método de aquisição em consonância com o CPC 15, configurando a transação como uma combinação de negócios.

O preço total da transação foi de R\$99.949 correspondendo ao valor corrigido de R\$ 101.767 até a data do fechamento da transação e está composto da seguinte forma:

- (i) primeira parcela no valor de R\$78.079 correspondendo ao valor corrigido de R\$ 79.498 até a data do fechamento da transação. O valor é atualizado pela variação do CDI a partir de 11 de setembro de 2019 até a data do seu efetivo pagamento que deverá ocorrer até 31 de março de 2021. O saldo atualizado da primeira parcela em 31 de dezembro corresponde a R\$ 81.467;

A primeira parcela foi paga em 30 de março de 2021 no valor total de R\$ 81.869.

- ii) segunda parcela no valor de R\$21.870 correspondendo ao valor corrigido de R\$ 22.269 até a data do fechamento da transação. O valor é atualizado pela variação do CDI a partir de 11 de setembro de 2019 até seu efetivo pagamento que deverá ocorrer até 11 de setembro de 2022. O saldo atualizado da segunda parcela em 31 de dezembro corresponde a R\$22.819

O valor justo dos ativos e passivos, estão alocados preliminarmente na empresa IBH V na data de aquisição do controle, considerando os saldos conforme laudo avaliado pela empresa.

Segue a tabela individual dos ativos identificáveis adquiridos e dos passivos assumidos

Ativos identificáveis

<u>Contraprestação líquida à transferir</u>	104.286
Caixa e equivalentes de caixa - Ventos de São Vitor	<u>1</u>
	<u>1</u>

Valor justo de ativos e passivos identificáveis

<u>Ativo Imobilizado</u>	
São Vitor	630
São Vitor 01	135
São Vitor 02	65
São Vitor 03	4
São Vitor 04	135
São Vitor 05	67
São Vitor 06	4
São Vitor 07	61
São Vitor 08	4
São Vitor 09	132
São Vitor 10	4
São Vitor 11	85
São Vitor 12	135
São Vitor 13	4
São Vitor 14	<u>93</u>
	<u>1.558</u>

Ativos identificáveis

São Vitor 01	6.486
São Vitor 02	6.714
São Vitor 03	6.480
São Vitor 04	6.480
São Vitor 05	6.486
São Vitor 06	6.480
São Vitor 07	6.480
São Vitor 08	6.486
São Vitor 09	6.480
São Vitor 10	6.480
São Vitor 11	6.480
São Vitor 12	6.486
São Vitor 13	6.704
São Vitor 14	6.878
	<u>91.600</u>
Ágio não alocado	<u>8.608</u>

O valor justo do intangível corresponde a R\$91.600 e contempla a apuração do valor do contrato de autorização apurado com base na metodologia de fluxo de caixa descontado (FDC) a uma taxa projetada de 11,4%, por um período de 35 anos que equivale ao prazo dos contratos. No que tange a taxa de desconto adotada para o cálculo do valor presente dos fluxos de caixa, foi adotado metodologia “CAPM - Capital Asset Pricing Model”, que resulta na estimativa de uma taxa alinhada a retornos de mercado para empresas/ativos comparáveis.

8. IMOBILIZADO

a) Composição do imobilizado

	Consolidado				
	Taxa anual média de depreciação %	Saldo em 2019	Custo histórico	Saldo em 2020	
<u>Imobilizado em operação</u>					
Máquinas equipamentos	20%	-	1.252	(518)	734
Edificações	20%	-	331	(235)	95
		-	1.583	(753)	830
<u>Imobilizado em construção</u>					
Terrenos		-	32	-	32
Edificações e benfeitorias		-	578	-	578
A ratear (i)		-	3.990	-	3.990
Adiantamento a fornecedor (ii)		-	184.294	-	184.294
		-	188.894	-	188.894
		-	190.477	(753)	189.724

b) Movimentação do imobilizado

	Consolidado						Valor líquido em 2020
	Valor líquido em 2019	Incorporação de imobilizado	Adições	Transferência	Depreciação	Baixas	
<u>Imobilizado</u>							
Máquinas e equipamentos	-	1.214	-	(60)	(404)	(16)	734
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	304	-	-	(209)	-	95
Edificações e benfeitorias	-	-	-	578	-	-	578
Serviços a ratear (i)	-	41	4.808	(518)	-	(340)	3.991
Terrenos	-	-	32	-	-	-	32
Adiantamento a fornecedor (ii)	-	-	184.294	-	-	-	184.294
	-	1.559	189.134	-	(613)	(356)	189.724

- (i) A rubrica "A ratear" é composta pelos custos com consultoria técnica, honorários advocatícios, gestão fundiária, gestão ambiental, serviços relacionados ao projeto básico e engenharia do proprietário, despesas de viagens, apropriação de seguros e receitas financeiras capitalizáveis. Os custos a ratear são realizados em função da implementação do projeto e que no momento da unitização serão rateados e alocados proporcionalmente aos ativos principais, conforme Resolução Normativa nº 674/2015, emitida pela ANEEL.
- (ii) A rubrica de adiantamentos refere-se a recursos liberados a fornecedores de acordo com as condições contratuais de pagamento acordadas no fornecimento de materiais e serviços para implementação das usinas fotovoltaicas das investidas. No momento das entregas dos materiais e serviços os valores são incorporados ao ativo imobilizado.

## 9. INTANGÍVEL

a) Composição do ativo intangível

	Controladora		
	Valor líquido em 2019	Custo histórico	Valor líquido em 2020
Software	-	75	75
	-	75	75
<u>Consolidado</u>			
	Valor líquido em 2019	Custo histórico	Valor líquido em 2020
Softwares	-	75	75
Contratos de autorização	-	91.600	91.600
Ágio	-	8.608	8.608
Servidões	-	152	152
	-	100.435	100.435

b) Movimentação do intangível

	Controladora			
	Valor líquido em 2019	Adições	Transferência	Valor líquido em 2020
Software	-	75	-	75
	-	75	-	75
	Consolidado			
	Valor líquido em 2019	Adições	Transferência	Valor líquido em 2020
Softwares	-	75	-	75
Contratos de autorização	-	-	91.600	91.600
Ágio	-	-	8.608	8.608
Servidões	-	152	-	152
	-	227	100.208	100.435

Os contratos de autorização descritos na nota explicativa nº 7, são apresentados como ativo intangível no consolidado e possuem vida útil definida de 35 anos. Os ativos intangíveis atrelados a estes contratos serão amortizados linearmente a partir da data de entrada em operação do parque eólico até o final da vigência do contrato.

10. FORNECEDORES

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019 (Não auditado)	2020	2019 (Não auditado)
Fornecedores	94	-	2.474	-
Provisões	51	-	92	-
	145	-	2.566	-

## 11. PARTES RELACIONADAS

	Vigência	Controladora	
		2020	2019 (não auditado)
<u>Ativo</u>			
Contratos de mútuo:			
Infraestrutura Brasil Holding I S.A (“IBH I”)	12/11/2020 a 11/02/2021	2.500	-
IBH V	23/12/2020 a 31/12/2021	38.000	-
São Vitor	02/10/2020 a 31/08/2021	400	-
São Vitor	28/12/2020 a 31/12/2021	1.150	-
São Vitor 01	02/10/2020 a 31/08/2021	4.900	-
São Vitor 01	15/12/2020 a 31/12/2021	12.250	-
São Vitor 02	02/10/2020 a 31/08/2021	2.900	-
São Vitor 02	28/12/2020 a 31/12/2021	11.450	-
São Vitor 03	02/10/2020 a 31/08/2021	2.900	-
São Vitor 03	28/12/2020 a 31/12/2021	11.400	-
São Vitor 04	02/10/2020 a 31/08/2021	2.900	-
São Vitor 04	28/12/2020 a 31/12/2021	11.350	-
São Vitor 05	02/10/2020 a 31/08/2021	2.900	-
São Vitor 05	28/12/2020 a 31/12/2021	11.350	-
São Vitor 06	02/10/2020 a 31/08/2021	2.900	-
São Vitor 06	28/12/2020 a 31/12/2021	11.400	-
São Vitor 07	02/10/2020 a 31/08/2021	4.900	-
São Vitor 07	28/12/2020 a 31/12/2021	15.650	-
São Vitor 08	02/10/2020 a 31/08/2021	2.900	-
São Vitor 08	28/12/2020 a 31/12/2021	11.400	-
São Vitor 09	02/10/2020 a 31/08/2021	2.900	-
São Vitor 09	28/12/2020 a 31/12/2021	11.300	-
São Vitor 10	02/10/2020 a 31/08/2021	4.900	-
São Vitor 10	28/12/2020 a 31/12/2021	30.250	-
São Vitor 11	02/10/2020 a 31/08/2021	2.900	-
São Vitor 11	28/12/2020 a 31/12/2021	11.300	-
São Vitor 12	02/10/2020 a 31/08/2021	2.900	-
São Vitor 12	28/12/2020 a 31/12/2021	11.400	-
São Vitor 13	02/10/2020 a 31/08/2021	2.900	-
São Vitor 13	28/12/2020 a 31/12/2021	11.400	-
São Vitor 14	02/10/2020 a 31/08/2021	3.400	-
São Vitor 14	28/12/2020 a 31/12/2021	13.350	-
		<u>274.400</u>	<u>-</u>
<u>Passivo</u>			
Compartilhamento de custos			
Infraestrutura Brasil Holding I S.A (“IBH I”).		4.055	-
Compartilhamento de serviços de terceiros			
Infraestrutura Brasil Holding I S.A (“IBH I”).		393	-
		<u>4.448</u>	<u>-</u>
<u>Resultado</u>			
<u>Compartilhamento de custos</u>			
Infraestrutura Brasil Holding I S. A (“IBH I”).		4.055	-
Compartilhamento de serviços de terceiros			
Infraestrutura Brasil Holding I S. A (“IBH I”).		393	-
		<u>4.448</u>	<u>-</u>



Os saldos de ativos e passivos, assim como as transações que influenciaram o resultado do período, relativas às operações com partes relacionadas e compartilhamento de custos, decorrem de transações com a Companhia, os quais foram realizadas em condições estabelecidas em contratos entre as partes.

Os saldos de compartilhamento de custos referem-se a serviços de infraestrutura compartilhados entre o Grupo Essentia Energia também compartilhamento de serviços prestados para todas as SPEs e rateados proporcionalmente à sua capacidade instalada.

#### Remuneração da diretoria

Os gastos relacionados a folha de pagamentos são reconhecidos na empresa IBH I, onde todos os colaboradores são registrados incluindo pessoal-chave da Administração. Estes custos são rateados na proporção de 50% entre as Companhias IBH I e IBH IV. A remuneração do pessoal chave da Administração incluindo encargos e benefícios alocados na IBH IV após compartilhamento corresponde a R\$570

## 12. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

#### BTG Pactual

A Companhia captou em 31 de agosto de 2020 recursos financeiros no montante de R\$400.000, a título de empréstimo, junto a instituição financeira BTG Pactual S/A. com a finalidade de financiar usinas de geração de energia eólica no Estado da Bahia. A dívida é atualizada de acordo com as condições estabelecidas em contrato.

O principal e juros da dívida deve ser pago ao Banco BTG em 4 parcelas trimestrais correspondentes ao valor de principal acrescida dos juros remuneratórios, sendo a primeira parcela liquidada em 12 de novembro de 2020.

A Composição dos empréstimos e financiamentos é como segue:

Modalidade	Consolidado		
	Juros	Vencimento	31/12/2020
CCB	2,5% a.a. + 100% CDI	13/08/2021	287.749
CCB	0,95% a.m. +100% CDI	13/08/2021	109.878
			<u>397.627</u>

Os empréstimos e financiamentos são demonstrados pelo valor líquido dos custos de transação incorridos e são subsequentemente mensurados ao custo amortizado utilizando o método da taxa de juros efetiva.

#### Garantias

As garantias das CCBs incluem: cessão fiduciária em garantia de investimentos, cessão dos direitos creditórios, alienação das máquinas e equipamentos e alienação das ações da Companhia.

Movimentação dos empréstimos e financiamentos

Controladora e Consolidado							
Circulante	Saldo em 2019	Ingressos	Atualização monetária	Juros	Pagamentos	Custo de transação	Saldo em 2020
Principal	-	400.000	2.904	-	(1.887)	-	401.017
Juros	-	-	-	2.324	(1.491)	-	833
Custos de transação	-	(8.412)	-	-	-	4.189	(4.223)
Total	-	<u>391.588</u>	<u>2.904</u>	<u>2.324</u>	<u>(3.378)</u>	<u>4.189</u>	<u>397.627</u>

## 13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Conciliação da alíquota efetiva do Imposto de renda e contribuição social

	Controladora e Consolidado 2020	Controladora e Consolidado 2019 (Não auditado)
Prejuízo antes do IR e CS	(16.876)	-
Alíquotas nominais vigentes	34%	-
Imposto de renda e contribuição social esperada	(5.738)	-
Equivalência patrimonial	1.452	-
Parcela não reconhecida de crédito tributário	4.286	-
	-	-

## 14. PATRIMÔNIO LÍQUIDO

a) Capital social

O capital social da Companhia, é de R\$440.001 , representado por 440.000.000 ações a integralizar, sendo todas ordinárias nominativas e sem valor nominal.

	<u>2020 e 2019</u>
Patria Infraestrutura V Fundo de Investimento em Participações Multiestratégia	100%
	<u>100%</u>

15. DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019 (não auditado)	2020	2019 (não auditado)
Serviços de terceiros	461	-	1.197	-
Materiais	-	-	16	-
Depreciação (i)	-	-	607	-
Tributos	-	-	268	-
Seguros	-	-	133	-
Compartilhamento de custos	4.448	-	4.448	-
Outros	27	-	31	-
	<u>4.936</u>	<u>-</u>	<u>6.700</u>	<u>-</u>

- i) Durante o exercício de 2020 a Companhia tomou créditos de Pis e Cofins decorrentes de depreciação totalizando o montante de R\$ 6.

16. RESULTADO FINANCEIRO

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019 (Não auditado)	2020	2019 (Não auditado)
<u>Receitas financeiras</u>				
Rendimentos das aplicações financeiras	1.932	-	1.947	-
(-) Tributos sobre receita financeira	(90)	-	(90)	-
	<u>1.842</u>	<u>-</u>	<u>1.857</u>	<u>-</u>
<u>Despesas financeiras</u>				
Juros e atualização monetária sobre empréstimos e financiamentos	(5.228)	-	(5.230)	-
Aquisições societárias - Atualização (i)	-	-	(2.522)	-
Comissões e taxas (ii)	(4.189)	-	(4.189)	-
Outras despesas financeiras	(94)	-	(92)	-
	<u>(9.511)</u>	<u>-</u>	<u>(12.033)</u>	<u>-</u>
	<u>(7.669)</u>	<u>-</u>	<u>(10.176)</u>	<u>-</u>

- (i) A variação na rubrica de aquisições societárias refere-se à atualização mensal a 100% do CDI sobre os saldos a pagar das aquisições dos projetos de geração eólica conforme nota explicativa nº 8a.
- (ii) Os valores de comissões reconhecidas no resultado financeiro referem-se substancialmente a amortização dos custos de transação dos empréstimos e financiamentos captados junto ao Banco BTG.

## 17. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A administração dos instrumentos financeiros da Companhia é efetuada por meio de estratégias operacionais e controles internos, visando segurança, rentabilidade e liquidez. A política de controle da Companhia é previamente aprovada pela Diretoria.

### (i) Gestão de risco

A Companhia mantém operações com instrumentos financeiros para atender às necessidades operacionais dos seus negócios e está exposta a vários riscos que são inerentes às suas atividades. As operações financeiras são realizadas de acordo com uma estratégia conservadora, visando segurança, rentabilidade e liquidez, e previamente aprovada pela Diretoria. Os riscos mais significativos são:

#### a) Risco de liquidez

A Companhia monitora o nível esperado de entradas e saídas de fluxos de caixa por empresa controlada, de forma a garantir suprimento adequado de caixa em cada operação. A Companhia tem contratos de financiamentos com cláusulas restritivas (“*covenants*”) normalmente aplicáveis a esses tipos de operações, relacionadas ao atendimento de índices econômico-financeiros, geração de caixa e outros.

A previsão de fluxo de caixa é realizada de forma centralizada pela Administração da Companhia por meio de revisões mensais. O objetivo é ter uma geração de caixa suficiente para atender as necessidades operacionais, custeio e investimento da Companhia. Durante a fase pré-operacional, a Companhia utiliza instrumentos de financiamentos bem como aportes recebidos do fundo investidor para cobertura dos custos de implementação e exigibilidades de curto prazo.

#### b) Riscos de taxa de juros

Os riscos de taxa de juros relacionam-se com a possibilidade de variações no valor justo dos contratos no caso de tais taxas não refletirem as condições correntes de mercado. Apesar de a Companhia efetuar o monitoramento constante desses índices, até o momento não identificou a necessidade de contratar instrumentos financeiros de proteção contra o risco de taxa de juros.

#### c) Riscos cambiais

A Companhia faz acompanhamento periódico sobre sua exposição cambial e quando necessários contrata instrumentos de proteção para evitar variações significativas em seu fluxo de caixa projetado.

(ii) Instrumentos financeiros por categoria - valor justo e contábil

Os principais instrumentos financeiros, marcados a valores justos e/ou cujo valor contábil é diferente materialmente do respectivo valor justo, classificados de acordo com as práticas contábeis adotadas pela Companhia são como segue:

	Controladora		Consolidado		Mensuração a valor justo
	2020	2019 (Não auditado)	2020	2019 (Não auditado)	
<u>Ativos financeiros</u>					
Valor justo por meio do resultado:					
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	-	
Aplicações financeiras	111.219	-	149.712	-	Nível 2
Títulos e valores mobiliários	-	-	38.014	-	
Custos amortizado:					
Caixa e equivalentes de caixa	-	-	-	-	
Depósitos bancários	72	-	7.583	-	
Partes relacionadas	274.400	-	2.500	-	
<u>Passivos financeiros</u>					
Fornecedores	145	-	2.566	-	
Empréstimos e financiamentos	397.627	-	397.627	-	
Partes relacionadas	4.448	-	4.448	-	
Valor justo por meio de outros resultados abrangentes:					
Instrumentos financeiros derivativos	-	-	11.627	-	Nível 2

A classificação dos ativos e passivos financeiros em custo amortizado ou a valor justo contra resultado baseia-se no modelo de negócios e nas características de fluxo de caixa esperado pela Companhia para cada instrumento.

(iii) Instrumentos financeiros derivativos – “Hedge Accounting”

A Companhia contratou operações com instrumentos financeiros derivativos apenas para proteção de fluxo de caixa em função dos riscos inerentes a sua operação de possíveis variações que a taxa de câmbio possa impactar seu fluxo de caixa.

A variações cambiais não realizadas sobre os saldos passivos bem como as variações cambiais realizadas sobre operações liquidadas, são contabilizadas no ativo imobilizado .

O instrumento financeiro derivativo utilizado é o NDF (“Non-Deliverable Forward”) com prazo e volume semelhante ao ativo coberto. O ajuste financeiro de cada uma destas operações é calculado pela diferença entre as taxas (futuro contratado e Ptax de liquidação) multiplicado pelo volume contratado (“notional”).

Os itens cobertos são pagamentos de “capex” em moeda estrangeira: relativo à aquisição dos aerogeradores para o parque eólico. Estes itens estão previstos em contratos já firmados com os fornecedores e as contratações dos instrumentos derivativos foram alinhadas com o desembolso financeiro dos respectivos itens.

Em 31 de dezembro de 2020, a Companhia registrou todos os contratos como ativos financeiros a valor justo reconhecido em outros resultados abrangentes conforme demonstrado no quadro a seguir:

<u>Agente financeiro</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Moeda</u>	<u>“Notional</u>	<u>Posição ativa BRL</u>	<u>Posição passiva BRL</u>	<u>Valor Justo</u>
Itaú Unibanco S.A	2022	USD-BRL	71.052	363.721	369.544	(5.823)
Itaú Unibanco S.A	2022	EUR-BRL	26.925	187.315	191.054	(3.739)
Itaú Unibanco S.A.	2022	CNY-BRL	196.060	157.102	159.167	(2.065)
				<u>708.138</u>	<u>719.765</u>	<u>(11.627)</u>

## 18. GESTÃO DO CAPITAL

A Companhia utiliza capital de terceiros para o financiamento de suas atividades, sendo que a utilização de capital de terceiros busca otimizar sua estrutura de capital. Adicionalmente, a Companhia monitora sua estrutura de capital e a ajusta, considerando as mudanças nas condições econômicas. O objetivo principal da Administração é assegurar recursos em montante suficiente para a continuidade das obras.

## 19. SEGUROS

A Companhia e suas controladas adotam a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, dada a sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstração financeira, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

Em 31 de dezembro de 2020 o saldo apresentado pela Companhia e suas controladas na rubrica de seguros refere-se substancialmente a seguro garantia para o contrato de compra e venda de energia firmado com a Cemig, e apólice de seguro de garantia financeira, prestada como garantia de fiel cumprimento para a outorga de autorização para exploração dos empreendimentos Eólicos.

A especificação por modalidade de risco e vigência dos seguros está demonstrada a seguir:

<u>Modalidade</u>	<u>Vigência</u>	<u>Controladora Importância segurada</u>	<u>Consolidado</u>
Seguro garantia	30/04/20 a 20/03/21	-	17.556
Seguro garantia	29/05/20 a 19/01/23	-	168.600
Seguro garantia	20/12/20 a 30/06/24	-	87.780

## 20. COMPROMISSOS CONTRATUAIS

As controladas indiretas da Companhia possuem compromissos assumidos em contratos de venda de energia incentivada com a CEMIG Geração e Transmissão S.A, com início de suprimento de energia previsto em janeiro de 2023 e término em dezembro de 2041. O volume anual contratado corresponde em média a 146,3 MWm.

21. TRANSAÇÕES QUE NÃO AFETAM CAIXA

As transações listadas a seguir afetaram as informações contábeis, contudo não impactaram o caixa.

	Controladora		Consolidado	
	2020	2019 (não auditado)	2020	2019 (não auditado)
Despesa antecipada	56	-		
Intangíveis contratos de autorização	-	-	91.600	-
Investimento ágio	-	-	8.608	-
Ativo imobilizado incorporado	-	-	1.559	-
Fornecedores a pagar - Capex	94	-	2.474	-
Provisões fornecedores	51	-	92	-
	201	-	104.333	-